

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA

LUIZA BRUSCHI FERNANDES

**BONAPARTISMO À BRASILEIRA: A TRAJETÓRIA DO
GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964- 1968**

VITÓRIA

2019

LUIZA BRUSCHI FERNANDES

**BONAPARTISMO À BRASILEIRA: A TRAJETÓRIA DO
GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964- 1968**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito. Sob a orientação do professor Doutor Wilton Bisi Leonel.

VITÓRIA

2019

LUIZA BRUSCHI FERNANDES

**BONAPARTISMO À BRASILEIRA: A TRAJETÓRIA DO
GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964- 1968**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovada em ____ de julho de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Doutor Wilton Bisi Leonel
Faculdade de Direito de Vitória
Orientador

Prof.
Faculdade de Direito de Vitória

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, pelo amor incondicional desde sempre. Meu pai por sempre me mostrar pelo o que e por quem devo lutar. Minha mãe pela ternura e determinação em me transformar em uma pessoa melhor. Minha irmã, pelo amor e amizade sincera, por sempre acreditar em mim.

Aos professores Adriana e Wilton, pelo aprendizado ao longo da graduação. Os sonhos e ambições vieram em grande parte do exemplo de vocês. As marcas permanecerão ao longo dessa jornada.

Àqueles amigos que, pela sua personalidade, me inspiraram e me incentivaram. Em especial à Aline, Angélica, Bernardo, Júlia, Fernanda, Mariana e Silvana. A amizade e o apoio de vocês foram imprescindíveis.

Aos meus colegas de militância. A experiência cotidiana é o impulso para ansiar por dias melhores.

E por último, mas não menos importante, ao Lucas. Palavras não conseguem expressar a importância de seu companheirismo em minha vida. Parte do que sou hoje decorre da convivência com você.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com a minha formação acadêmica, meu muito obrigada.

[...] Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruzes sem nomes, sem
corpos, sem datas
Memória de um tempo onde lutar
por seu direito
É um defeito que mata [...]

Gonzaguinha

RESUMO

Esse estudo busca compreender os motivos para que o processo histórico do Golpe civil-militar de 1964, e os seus desdobramentos com os Atos Institucionais, possa ser entendido como uma expressão bonapartista. Assim, lançando mão dos estudos realizados por Karl Marx, Friedrich Engels, e também dos estudiosos Léon Trotsky, Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas e Domenico Losurdo, a primeira parte do trabalho será destinada à compreensão do bonapartismo. Após, na segunda parte, o enfoque será na contextualização do cenário brasileiro pré-golpe, elucidando a situação política nacional e internacional, com destaque para o governo de João Goulart e a interferência política realizada pelos Estados Unidos. O estudo demonstrará através dos dois Atos Institucionais analisados, os traços bonapartistas que acompanharam a ditadura civil-militar.

Palavras-chave: bonapartismo; golpe de 1964; León Trotsky.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 BONAPARTISMO E SUAS TRADIÇÕES	10
1.1 O BONAPARTISMO MARXIANO	10
1.2 O BISMARCKISMO ALEMÃO NA CONCEPÇÃO DE FRIEDRICH ENGELS	14
1.3 OS VÁRIOS BONAPARTISMOS DE LEÓN TROTSKY	16
1.4 O BONAPARTISMO NA VISÃO GRAMSCIANA	20
1.5 A PERMANENTE AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO NA ÓTICA DE NICOS POULANTZAS.....	25
1.6 O BONAPARTISMO NA LEITURA DE DOMENICO LOSURDO	26
2 O BONAPARTISMO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1964- 1968)	29
2.1 A ELEIÇÃO DE JÂNIO QUADROS E O GOVERNO DE JOÃO GOULART (JANGO)	29
2.1.1 A Guerra Fria e a política externa dos EUA no governo de Jango	31
2.1.2 A crise econômica	33
2.1.3 A conjuntura política	34
2.2 O GOLPE DE 1º DE ABRIL DE 1964	35
2.2.1 O Ato Institucional nº 2 (AI-2)	38
2.2.2 O Ato Institucional nº 5 (AI-5)	39
2.2.3 Os Atos Institucionais como expressão do bonapartismo durante a Ditadura Civil-Militar	40
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Analisando a situação política concreta francesa de 1848-1871, Karl Marx desenvolve os aportes de uma teoria do bonapartismo. Assim, ainda que trabalhasse sobre um período histórico concreto, onde a burguesia francesa abdicou de seu poder político para preservar o seu poder social, Marx lançou as bases de uma teoria de alcance temporal mais abrangente. Após suas conclusões, outros estudiosos trataram sobre o bonapartismo como Friedrich Engels, Léon Trotsky, Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas e Domenico Losurdo.

Em 1º de abril de 1964 o Brasil foi assolado por um golpe civil-militar que se autointitulou de “revolução”. A deflagração do golpe aniquilou o regime democrático que vigorava no país desde 1945, ainda que limitado. Os vinte anos que sucederam ao golpe, marcaram profundamente a sociedade brasileira: causou a massa de brasileiros a despolitização, o medo, a censura, e também gerou a resistência daqueles que lutavam pelo bem comum.

O golpe de 1964 não ocorreu por acaso, foi fruto de uma reação ao governo reformista de João Goulart e orquestrada pelo setor mais reacionário da sociedade brasileira, composto pela burguesia industrial e financeira, latifundiários e militares, com o apoio dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país. Assim, a Igreja Católica e a pequena burguesia brasileira igualmente apoiaram a tomada do poder pelos militares. A ditadura que sucedeu ao Golpe de 1964 possuía o nítido propósito de servir a burguesia brasileira, as empresas imperialistas e ao grande latifúndio, desvendando assim, o seu indiscutível caráter de classe. Tal caráter é imprescindível para a compreensão das razões que levaram ao estabelecimento da ditadura.

O Estado burguês é pautado na combinação entre a repressão aos setores subalternos da sociedade e a concessão de alguns direitos (medidas de incorporação) para evitar confrontos entre as classes, caracterizando, assim, a democracia burguesa. Quando esta combinação entra em colapso, ou seja, quando não se mostra

mais capaz de captar o apoio das classes dominadas, ou não consegue mais reprimi-las de forma contundente, a democracia burguesa se vê ameaçada.

É nesse cenário que a burguesia, ou uma fração dela, para garantir a sua hegemonia, lança mão de uma nova forma de formatação do Estado capitalista para a garantia da dominação de classe, qual seja, a forma bonapartista do Estado.

Desse modo, o bonapartismo deve ser entendido não como uma consequência natural da evolução do Estado burguês, mas sim, como uma medida adotada em momentos em que a ordem vigente se vê ameaçada por aqueles que sempre foram explorados e, conseqüentemente, as frações da burguesia não conseguem apresentar um novo projeto para recuperar a adesão dos setores populares.

Dessa forma, o presente trabalho possui como objetivo principal analisar o processo histórico do Golpe de 1964 que resultou na Ditadura Civil-Militar brasileiro. Para tanto, será utilizado os aportes marxiano sobre o bonapartismo e as suas variantes marxistas, a fim de se compreender o período analisado.

1 BONAPARTISMO E AS SUAS TRADIÇÕES

Para compreender o objetivo do presente trabalho é fundamental a exposição sobre o conceito de bonapartismo e as suas tradições. Assim, é determinante a elucidação sobre o referido conceito na literatura marxiana e posteriores pensadores que trabalharam com o mesmo em suas obras.

Assim, nessa primeira parte do trabalho, iremos nos debruçar no estudo da teoria do bonapartismo, para dessa forma, realizar uma síntese sobre tal conceito.

1.1 O BONAPARTISMO MARXIANO

Inicialmente, é importante ressaltar que não há uma sistematização teórica do fenômeno bonapartista como uma forma singular de governo capitalista na vasta obra marxiana. Dessa forma, Marx desenvolve os aportes de uma teoria do bonapartismo em três livros que tratam sobre a França: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011), *As lutas de classe na França* (MAX, 2012) e *A guerra civil na França* (MARX, 2011). No processo histórico analisado por Marx, a burguesia francesa com receio do proletariado revolucionário, abdica do seu poder político direto sobre as demais classes para preservar o seu poder social. Assim, o Poder Executivo, elevado acima das forças sociais conflitantes, pautado na burocracia e nas Forças Armadas, surge como salvador da ordem social burguesa com o golpe de 1851 encabeçado por Luís Bonaparte. (DEMIER, 2012, p.47-48).

Nesse prisma, o regime bonapartista surgiu da profunda crise que abalava o domínio burguês na França, mas o seu surgimento não pode ser compreendido de uma maneira reducionista, onde as frações da burguesia abdicaram de seu poder político parlamentar de forma consensual em detrimento de outra forma de domínio (bonapartismo). Esse processo se deu dentro da dinâmica da luta de classes, de modo que a burguesia foi impelida a minar as bases do seu poder, favorecendo um regime político onde ela própria deveria se curvar face ao aparelho estatal relativamente autonomizado. (DEMIER, 2012, p.49). Assim, Marx (MARX, 2011, p.36) através de

sua brilhante análise captou a forma como os interesses políticos das frações burguesas foram subjugados em nome da “propriedade, família, religião, ordem”, lemas do chamado Partido da Ordem, partido este que reuniu as mais variadas frações da burguesia contra um inimigo em comum, o proletariado:

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no *Partido da Ordem* contra a classe proletária, considerada o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. O lema repassado por eles a suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “*Propriedade, família, religião, ordem*”. [...] sempre que qualquer um dos numerosos partidos que haviam se conglomerado sob esse signo contra os insurgentes de junho¹ tenta impor na arena revolucionária o interesse da sua própria classe, ele sucumbe diante do mote: “Propriedade, família, religião, ordem” [...] Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente estigmatizado como “socialismo”. E, por fim, os próprios sumos sacerdotes da “religião e ordem” são escorraçados a pontapés dos seus tripodes pítios, tirados das suas camas na calada da noite, enfiados em carruagens prisionais, jogados em cárceres ou mandados ao exílio [...] A escória da sociedade burguesa acaba por formar a *falange sagrada da ordem*, e o herói Crapulinski entra triunfalmente nas Tulherias como “*salvador da sociedade*”.

Após a Insurreição de Junho, e a consequente derrota do proletariado francês, os republicanos burgueses conseguiram estabelecer o seu domínio sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Dessa Assembleia Constituinte uma nova Constituição francesa foi elaborada, porém extremamente limitada e demonstrando o enfraquecimento do parlamentarismo burguês pela própria burguesia através das ações e falas dos representantes dos partidos burgueses que desmoralizaram o regime próprio de exercício político burguês, o Parlamento. É nesse contexto, de enfraquecimento do Parlamento burguês, que o núcleo duro do Poder Executivo e suas estruturas militares e burocráticas são fortalecidas, favorecendo a autonominação da máquina estatal. (DEMIER, 2012, p. 55).

Chama-se a atenção por Marx (MARX, 2011, p. 41-42), para aspectos quanto a elaboração e à natureza da nova Constituição:

¹ Conforme Marx, a Insurreição do proletariado, que ocorreu entre 23 e 28 de junho de 1848, sucedeu após a classe trabalhadora parisiense compreender que as suas exigências eram consideradas como “baboseiras utópicas que deveriam ser detidas” pela Assembleia Nacional Constituinte. A Insurreição de Junho resultou em uma derrota sangrenta por parte do proletariado. (MARX, 2011, p. 34)

O inevitável estado-maior das liberdades de 1848, ou seja, liberdade pessoal, liberdade de imprensa, de expressão, de associação, de reunião, de ensino e religião etc. recebeu um uniforme constitucional que o tornou inviolável. Cada uma dessas liberdades foi proclamada como direito *incondicional* do *citoyen* francês, cada uma, porém, dotada da nota marginal de que seriam irrestritas enquanto não fossem limitadas pelos “*mesmos direitos dos outros* e pela *segurança pública*”, ou por “leis” que visam mediar justamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública.

Quando Marx, no trecho acima transcrito, aduz que as liberdades estabelecidas na Constituição Francesa só podem ser gozadas sob condições que implicam em tantas outras restrições, ele está demonstrando que a segurança pública referida no texto constitucional é a segurança da burguesia. O autor argumenta que enquanto as liberdades estabelecidas na lei constitucional existirem, ainda que apenas no plano formal, e só isso basta, a existência destas permanece intocada. (MARX, 2011, p. 42-43).

Consequente, Marx (MARX, 2011, p.44-45) analisa como as forças entre a Assembleia Nacional e o Chefe do Executivo, o presidente, estavam em panorama de desigualdade. De um lado estava a Assembleia Nacional indomável, indissolúvel e indivisível, de outro o presidente com características do poder real, com arbítrio para nomear e exonerar ministros sem submissão à Assembleia. Assim, a Constituição tratava em outorgar poderes efetivos ao Presidente, enquanto conferia a Assembleia Nacional o poder moral:

[...] Enquanto os votos na França se fragmentam pelos 750 membros da Assembleia Nacional, no caso do presidente, eles se concentram em *um* indivíduo. Enquanto cada representante popular individual representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade, esta ou aquela cabeça de ponte ou meramente a necessidade de eleger um 750º qualquer, do qual não se examina detidamente nem a causa e nem a pessoa, *e/le* é o eleito da nação, e o ato de elegê-lo é o grande trunfo que o povo soberano joga uma vez a cada quatro anos. A Assembleia Nacional eleita se encontra em uma relação metafísica, mas o presidente eleito numa relação pessoal com a nação. A Assembleia certamente apresenta, em cada um de seus representantes, as múltiplas facetas do espírito nacional, mas no presidente esse espírito se encarna. O presidente possui em relação à Assembleia uma espécie de direito divino. Pois ele detém o seu cargo pela graça do povo.

Além das restrições as liberdades constitucionais apontadas na própria Constituição, Marx ilustra outro ponto importante: a situação jurídica insólita do estado de sítio. Foi essa situação excepcional que contribuiu para a ruína da república parlamentar francesa e demonstrou que a organização política burguesa trazia sempre a

possibilidade de a exceção ser tratada como regra, ou seja, do estado de sitio deixar de ser um meio de dominação própria de sua classe em momentos de crise e se transformar em uma forma política dirigente da sociedade. À vista disso, Marx sugestionava que a ditadura bonapartista encontrava-se dentro da lógica da dinâmica da democracia burguesa. (DEMIER, 2012, p.57).

É diante do cenário acima apresentado que o bonapartismo é visto como um divisor na história do capitalismo. Ao mesmo tempo em que burguesia francesa passou de classe revolucionária para classe contrarrevolucionária, não conseguindo mais desenvolver a sua capacidade de governar a sociedade, a classe trabalhadora ainda não possuía maturidade política para colocar-se como classe dirigente. Nessa ótica, o resultado do respectivo impasse histórico-político seria a consequente autonomização relativa do Estado, o bonapartismo. (DEMIER, 2012, p. 83).

Assim, o cerne da teoria explanada reside em um ponto essencial: como que o bonapartismo, dentro da exacerbação da luta de classes em que o proletariado é visto como uma ameaça real (ou não) atua como meio de preservar o poder social da burguesia e conseqüentemente do capitalismo, ainda que em detrimento de sua liberdade política. O fenômeno bonapartista ataca prioritariamente o movimento operário organizado, proibindo, fechando, destruindo organizações sindicais, culturais e políticas da classe trabalhadora, já que é através da atividade do proletariado organizado, principalmente nos sindicatos, que o poder social da burguesia é minado. (DEMIER, 2012, p. 17-19).

É dentro desse cenário que, conforme Marx (MARX, 2011, p. 81-82) qualquer liberdade burguesa é tachada pelo regime bonapartista como “socialismo”:

[...] O regime parlamentarista submete tudo à decisão das maiorias; como poderiam as maiorias que estão além do Parlamento querer não decidir? Se vós que estais no topo do Estado tocais violino, por acaso não esperais que os que estão lá embaixo dancem?

Assim sendo, ao tachar de heresia “*socialista*” aquilo que antes enaltecera como “*liberal*”, a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de *governar a si própria*; que, para estabelecer a tranquilidade do país, sobretudo o seu Parlamento de burgueses devia ser silenciado; que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse

condenada à mesma nulidade política que as demais classes; que, para salvar a sua bolsa, a coroa deveria ser arrancada da sua cabeça e a espada destinada a protegê-la deveria ser pendurada sobre a sua própria cabeça como espada de Dâmocles.

Dessa forma, de acordo com o trecho acima transcrito, o crescente temor da burguesia ao perceber que o proletariado francês aprendia a jogar o “jogo democrático”, ou seja, utilizava-se das próprias liberdades burguesas (liberdade de associação, de imprensa...) para angariar conquistas sociais.

Conforme o exposto, o fenômeno bonapartista possui como primeira análise a visão marxiana referente ao cenário histórico francês no século XIX. Marx analisa como a dinâmica da luta de classes foi crucial para favorecer o golpe bonapartista proferido por Luís Bonaparte em 1851. É importante ressaltar que as reflexões sobre o bonapartismo começaram na literatura marxiana, mas não tiveram fim nas análises deste autor, como será observado nos tópicos seguintes.

1.2 O BISMARCKISMO ALEMÃO NA CONCEÇÃO DE FRIEDRICH ENGELS:

Engels desenvolve, em sua análise sobre o período do Segundo Reich, a variante bonapartista alemã. É no contexto das eleições para o *Reichstag* alemão em 1866 que Engels vai, através das elaborações teórica-analíticas desenvolvidas por Marx no contexto francês, sistematizar e desenvolver um arcabouço de ideias sobre o bonapartismo já proposto por Marx. (DEMIER, 2012, 84-85).

A Alemanha, na primeira metade do século XIX, possuía como característica ser um país atrasado do ponto de vista do processo de industrialização- se comparada com a França de então e com a Inglaterra- o que se materializava no fato da vigência plena das instituições do antigo regime. Apesar do seu peso social e econômico, cada vez mais a burguesia alemã encontrava-se afastada do poder político, ainda em domínio exclusivo da burocracia absolutista que governava principalmente para os interesses da aristocracia proprietária de terras (*junkers*). (DEMIER, 2012, p. 89).

Dessa forma, conforme salienta o autor (DEMIER, 2012, p.90) as revoluções francesas de fevereiro e junho de 1848 e as suas similares europeias, em especial a de Berlim, ao colocarem em cena o proletariado como uma força política independente, capaz de conduzir processos revolucionários, afastaram de vez qualquer possibilidade de a burguesia alemã liderar uma revolução democrática-burguesa:

[...] O pacto *pelo alto* com a velha classe nobiliárquica, que se consubstanciava em um compromisso elitista de cunho antipopular, passou a ser, definitivamente, a opção política de uma burguesia que, por ter se desenvolvido tardiamente, deparou-se com seu antagonista social antes mesmo que tivesse ascendido ao poder político. Com efeito, o caminho de acesso da burguesia ao controle do Estado não mais poderia ser um caminho revolucionário. Diferentemente de sua *irmã* francesa, a burguesia alemã tornou-se contra-revolucionária sem que antes tivesse desempenhado qualquer papel revolucionário, sem que antes tivesse efetivado qualquer revolução “democrática”. (DEMIER, 2012, p. 90, grifos do autor).

Do trecho acima transcrito, apreende-se que a ameaça revolucionária proletária na Alemanha, teria obrigado que a “revolução burguesa” – entendida como a projeção ao moderno capitalismo industrial- se realizasse através de uma via não revolucionária. A “revolução burguesa” alemã constituía, em sua essência, a aliança entre a ascendente burguesia industrial e a nobreza latifundiária. Ambas possuíam em comum o temor ao jovem proletariado revolucionário, favorecendo que essa aliança fosse realizada por um Poder Executivo que se posicionava com relativa independência em relação ao conjunto das classes dominantes. (DEMIER, 2012, p.91).

Na visão de Engels, o bismarckismo advém de um complexo quadro social, onde três protagonistas se fariam presentes, correlacionando-se dialeticamente: a antiga aristocracia fundiária, a nova burguesia industrial e o recente proletariado. Assim, o bonapartismo alemão, diferentemente do francês, constituiria uma forma política em que a aparição não seria apenas a substituição do regime político absolutista por outro bonapartista, mas, fundamentalmente, seria a transformação de um tipo de Estado (feudal) e em outro (burguês). (DEMIER, 2012, p.92).

O bismarckismo conduziria o processo de incorporação controlada do proletariado ao novo ordenamento sócio-político da nação. Então, o novo regime alemão, utilizando

de ações assistencialistas e realizando obras públicas, tentou criar um proletariado “seu” (conforme Engels), que poderia servir de importante suporte social, dando-lhe legitimidade política. Bismarck possuía uma considerável capacidade de movimentação política própria, o que permitia ações governamentais de “concessões” à classe trabalhadora as quais a burguesia se opunha claramente. (DEMIER, 2012, p.98-99).

1.3 OS VÁRIOS BONAPARTISMOS DE LEÓN TROTSKY

León Trotsky não elaborou algum trabalho especificamente sobre a natureza do bonapartismo, mas em razão das numerosas análises, Trotsky foi o que chegou mais próximo da elaboração de uma teoria do bonapartismo propriamente dita. Assim, o autor buscou através de suas análises e comentários compreender os tipos bonapartistas *de regime e de governo* que por vezes assumem o controle do Estado capitalista. (DEMIER, 2012, p.101).

Na perspectiva do autor, o bonapartismo de Napoleão I teve como principal origem de sua força política a emergência histórica da sociedade burguesa, onde a figura de um “árbitro” que garantisse, pelo “sabre”, as conquistas da revolução se fez politicamente necessária. Entretanto, surgido em outra cena histórica, na Rússia sob o imperialismo, o kerenskismo não teria a mesma sorte dos outros bonapartismos. Estabelecido em um momento de aprofundamento da luta de classes, em uma nação onde sequer havia conquistas de uma revolução burguesa a assegurar, a nuance bonapartista russa careceu de bases sólidas para lograr êxito. (DEMIER, 2012, p.102).

Em sua obra, Demier (2012, p.103-104) destaca a questão do “complicado” bonapartismo alemão tratado por Trotsky em seus escritos. São nos anos finais da República de Weimar, que o movimento nacional-socialista cresceu exponencialmente, ao mesmo passo em que o regime constitucional decaiu. Assim, conforme assinalou Demier, os partidos que representavam politicamente a classe operária alemão, mostravam-se perdidos diante da fatídica cena histórica. Dessa forma:

O vigoroso proletariado alemão, representado por duas massivas organizações políticas, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e o Partido Comunista da Alemanha (KPD), mostrava-se um tanto quanto “perdido” diante do aziago cenário histórico. Apaziguadores por profissão, os chefes social-democratas consideravam ser crível que Hindenburg, Papen e cia. pudessem bloquear o caminho do poder aos fascistas, semeando entre suas volumosas bases operárias ilusões políticas em relação àqueles governos. No outro extremo das análises conjunturais, a direção do KPD, por sua vez, tomava o regime político vigente como já dotado de um conteúdo “fascista”. Na lógica interpretativa dos estalinistas alemães, praticamente desprovida de nuances políticas uma eventual vitória de Hitler não implicaria senão em mais um governo fascista que, tal como os precedentes, visaria salvar o capitalismo em ruínas no país. Essa vulgar caracterização da realidade política nacional, na qual todos os gatos eram pardos, conduzia a uma estratégia antifascista absolutamente sectária, que rejeitava a possibilidade de construção de uma “frente única operária” com o SPD, definido como um partido. (DEMIER, 2012, p. 104).

Nesse sentido, Trotsky asseverava que os estalinistas enganaram-se ao considerar que a vitória do fascismo já fosse um fato consumado, já que, na realidade, os governos que assumiam o controle do aparelho estatal possuíam todos, um conteúdo bonapartista, e não fascista. Na visão do autor, bonapartismo e fascismo são tidos como regimes políticos condizentes com o declínio do sistema capitalista, bem como a democracia burguesa parlamentar e as suas reformas sociais são compatíveis com a fase ascendente do capitalismo. (DEMIER, 2012, p.106).

Ainda que o bonapartismo e o fascismo constituem regimes políticos burgueses estabelecidos em na etapa decadente do capitalismo, há diferenças entre os dois regimes quantos as suas estruturas constitutivas em razão de resultarem de cenários politicamente distintos na luta de classes. Assim, conquanto o fascismo expressa a guerra civil declarada e integral contra o proletariado. Com o nítido propósito de esmagar toda e qualquer organização do movimento operário, o projeto fascista, por resultar em um turbulento e incerto processo político-social, surgiria como a última opção dentro do cardápio de opções políticas do grande capital, sendo utilizada apenas quando nada poderia impedir a vitória da classe trabalhadora. (DEMIER, 2012, p.107).

Por outro lado, antes de recorrer ao mal necessário fascista, restaria ainda à burguesia a possibilidade de com suas próprias representações (partidos e agremiações) submeter-se a uma máquina policial-burocrática que, com uma significativa autonomia política, encabeçasse as funções de manutenção da ordem e de pacificação da nação

dividida, assim, se formaria um regime bonapartista. Diferente do fascismo, o regime do tipo bonapartista possuiria como missão última salvar a propriedade capitalista em face da ameaça proletária, o seu procedimento utilizado seria o de, através de um encorpado e independente aparelho de Estado, impedir a eclosão dessa guerra civil proclamada pelo fascismo, poupando assim a sociedade burguesa das perigosas convulsões internas. (DEMIER, 2012, p.108).

Além do bonapartismo alemão, que nos parágrafos acima fizemos um pequeno apanhado destacando os pontos principais de Trotsky elencados por Demier, outro que será de extrema importância para o desenvolvimento do presente trabalho é o denominado “bonapartismo *sui generis*” da América Latina desenvolvido pelo autor. Dessa forma, antes de adentrar nesse tipo de bonapartismo, Demier traça o panorama elaborado pelo autor marxista russo sobre o papel contra-revolucionário das burguesias atrasadas.

Para Trotsky, os países que realizaram a sua modernização capitalista na época do imperialismo foram favorecidos pela essência contra-revolucionária de suas burguesias. O temor da experiência jacobina, e a existência considerável de um novo sujeito social, o proletariado, ajudaram que essas burguesias em seus embates contra o antigo regime, procurassem saídas mais negociadas. Assim:

[...] Em função do demasiado *atraso* histórico com o qual surgiram, essas burguesias se depararam com dois elementos centrais que determinariam a trajetória politicamente contra-revolucionária e economicamente subalterna a qual estariam destinadas a cumprir ao longo do século XX: a existência, no plano mundial, de um proletariado politicamente independente e substancialmente temperado de cruentas lutas desde 1848, e a configuração de uma ordem mundial imperialista, na qual se destacavam como potências expansionistas tanto as nações originárias do capitalismo quanto as *tardias*. (DEMIER, 2012, p. 166).

Segundo o autor, a “queima” de etapas do processo de modernização capitalista industrial nessas nações hipertardias, acaba por gerar um rápido crescimento do proletariado antes mesmo que a burguesia tenha amadurecido econômica, política e culturalmente como classe. Dentro dessa lógica, outro ponto destacado pelo autor, reside no fato haver dentro das sociedades hipertardias a forte presença do capital estrangeiro; antes mesmo de ocorrer as modernizações capitalistas dentro dessas

nações, já existia um sistema mundial de Estado estruturados pela lógica do imperialismo. (DEMIER, 2012, p.169-170).

Logo, ao mesmo tempo em que o capital imperialista era um impulsionador econômico das modernizações, era também um obstáculo para a autonomia política e econômica dessas nações; não só as burguesias hipertardias não poderiam ser revolucionárias ou democráticas, como também não poderiam vislumbrar a possibilidade de dirigir as grandes potências imperialistas. (DEMIER, 2012, p.170).

Dessarte, no tocante aos países latino-americanos, o bonapartismo *sui generis* seria o modo escolhido pela burguesia como forma de domínio de classe:

No que concerne mais especificamente aos países latino-americanos, Trotsky apontou como a “relativa debilidade” de suas burguesias, proporcionada pelo papel preponderante do capital estrangeiro nas economias locais, assim como pelo já mencionado crescimento acelerado do proletariado, as levaria a erigir os tais regimes “bonapartistas *sui generis*” como modo possível de domínio de classe. [...] esses poderiam, de acordo com as condições sócio-históricas de cada país, ou apoiar-se na mobilização controlada das massas para melhor barganhar com o imperialismo (variante “semibonapartista democrática”, também denominada de “semidemocrática”, inspirada no regime cardenista mexicano), ou simplesmente controlá-las a partir da mais brutal repressão (variante “ditatorial policial-militar/“semifascista”, inspirada no regime de Vargas a partir de 1935). (DEMIER, 2012, p.174).

Trotsky ao trabalhar a questão do “bonapartismo *sui generis*”, entende que esse tipo de bonapartismo seria um produto político periférico, por ocorrer em países de desenvolvimento retardatário, submetidos ao imperialismo, o bonapartismo *sui generis* se originaria da relação entre capital estrangeiro, classe proletária e burguesia nacional, sendo essa subordinada a primeira e oposta à segunda. Dada essas nuances, haveria então um regime semibonapartista entre o capital estrangeiro e o nacional, e entre o capital estrangeiro e os trabalhadores. (DEMIER, 2012, p.176-177).

Seguindo essa lógica, conforme o autor marxista, a incorporação dos sindicatos pelo Estado na América Latina, possuiria como objetivo duas tarefas que deveriam ser realizadas pelos regimes “semibonapartistas”: a primeira era de atrair a classe trabalhadora para consistir em um ponto de apoio a resistência ao imperialismo; e segundo como forma de disciplinar os operários colocando-os dentro de uma

burocracia. Então, esse controle realizado pelo Estado dos sindicatos possuía a funcionalidade de fortalecer a burguesia nacional nos momentos em que precisaria enfrentar o imperialismo, e em outros momentos trabalhar sob a tutela direta dessa burguesia. (DEMIER, 2012, p. 182).

1.4 O BONAPARTISMO NA LEITURA GRAMSCIANA

São nos escritos carcerários que o marxista sardo Antônio Gramsci desenvolve o seu pensamento sobre a questão do bonapartismo, ou cesarismo, como denomina. Assim, antes de adentrarmos na teoria desenvolvida, é necessário apontar como que para o autor (GRAMSCI, 2002, p.60-61) o bonapartismo/cesarismo se desenvolve:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia² a classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente

² Segundo Demier (2012,p. 32), sem fazer um aprofundamento no tema, a hegemonia e a crise de hegemonia seriam: “[...] Na compreensão de Gramsci, a “hegemonia” burguesa sobre o tecido social permitia às classes dominantes erigir um tipo de domínio político sobre as classes exploradas em que estas, ao mesmo tempo em que se encontravam coagidas, em ultima instancia pelo aparato repressivo estatal, ofereciam à ordem instituída uma espécie de “consenso ativo”. Tal adesão das amplas camadas populares à forma *hegemônica* de dominação burguesa adviria de inúmeros procedimentos ideológicos e “materiais” observados pelas frações hegemônicas por intermédio tanto do *seu* Estado, como da “sociedade civil”, onde estariam localizados seus “aparelhos privados de hegemonia”. Assim, completa Demier (2012, p.33-34): A ascensão político-organizativa da classe trabalhadora pode, se combinada a fissuras profundas no interior dos grupos dominantes (as quais costumavam se agravar justamente em função da ascensão operária), conduzir a radicalizadas situações em que “o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório”. Produzindo aquilo que comumente é denominado de “dissolução do regime parlamentar”, a “crise de hegemonia” abre espaço “às soluções de força, à atividade de potências ocultas [...] Nas sociedades de massas, nas quais o proletariado já se posta politicamente como uma força independente, a crise do regime democrático-burguês ou mesmo a impossibilidade de sua construção pode, em certo estagio da luta de classes, acarretar no surgimento de formas de dominação política não-hegemônicas, as quais, recorrendo muito mais à coerção do que ao consenso, aparecerem como uma “solução” temporária e excepcional para a incapacidade hegemônica que acomete os próprios grupos dominantes. O regime bonapartista em portanto, uma- e talvez a mais recorrente- dessas formas de dominação política correspondentes a momentos históricos de “crise de hegemonia”.

fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força do consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.

A crise cria situações imediatamente perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fogia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminantes em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal. Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressistas), que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem necessidade de um senhor.

Nessa ótica, Demier (2012, p.188), baseando-se nos escritos de Gramsci, conclui que a ruptura entre representantes e representados no campo burguês se evidencia como um dos últimos momentos da “crise de hegemonia” que abala a nação e a ameaça o capital. E continua:

Assim, a ruptura da “massa extraparlamentar” da burguesia com seus representantes políticos no Poder Legislativo (com os parlamentares do partido da ordem no caso francês), aparece como uma das fases finais de um processo de “crise de hegemonia” que pode ter como desfecho um regime em que o núcleo duro do Estado (o Poder Executivo, com sua burocracia e aparelho repressivo), gozando de uma “autonomia relativa” face ao conjunto das classes sociais e de suas respectivas representações políticas habituais, apresenta-se como um “arbitrio” acima da sociedade.

Seguindo com essa análise, a relação entre crise orgânica e crise de hegemonia, sendo que a primeira seria o momento derradeiro da segunda, poderia ser expressa da seguinte forma: quando, a ameaça (real ou não) dos setores explorados, abala a ordem capitalista e nenhuma fração da burguesia consegue se impor sobre as demais através do exercício do seu papel de direção política da nação, as organizações que representam tal parcela da classe dominante passam a não mais representá-la,

ocasionando rupturas, deixando claro que todas fracassaram na tarefa de resolver por seus meios político-parlamentares o impasse político que colocou em xeque a ordem capitalista. (DEMIER, 2012, p.188-189).

Dessa forma, outro ponto destacado por Demier (2012, p. 190) ao analisar o pensamento do filósofo sardo, diz respeito à questão do chamado cesarismo progressista e cesarismo regressista, como destaca:

A compreensão de que o embate entre as forças fundamentais da sociedade (“A” e B”) expressaria, a cada tempo histórico específico, uma luta entre sujeitos sociais de conteúdos políticos contrários (“progressivo” e “regressivo”) é a base para a ideia gramsciana de que os vários cesarismos já verificados ao longo da modernidade capitalista encerrariam, ele também, sentidos históricos distintos e, muitas vezes, opostos.

Ainda nessa lógica, Gramsci (2000, p. 76-77) ao desenvolver a questão do cesarismo progressivo e cesarismo regressivo toca no ponto dialético entre “revolução-restauração”:

Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução “arbitral”, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças na perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em última análise, o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico. O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entretanto, têm um valor, um alcance e uma significação diversos daqueles do caso anterior. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck, de cesarismo regressivo. Trata-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás e não existem restaurações *in toto*.

O que chama atenção do trecho acima transcrito reside no fato do autor sardo argumentar que seria possível verificar a fórmula política do bonapartismo nas mais variadas formações sociais, como na Roma antiga, na França revolucionária de 1799 e na França burguesa de 1851. Assim, seriam justamente o momento histórico e o caráter de tal momento que teria o condão de determinar que tipo de cesarismo predominasse, se seria o progressista ou o regressista. (DEMIER, 2012, p. 1910).

Prosseguindo nessa análise realizada por Demier (2012, p.194) sobre as variantes cesaristas de Gramsci (2000, p. 79), o autor destaca a impossibilidade de fusão e de unificação entre as forças antagonistas do capitalismo contemporâneo (burguesia e proletariado), fazendo com que os cesarismos do século XX tivessem não só um caráter regressivo, mas também policialesco:

No mundo moderno, os fenômenos de cesarismo são completamente diferentes tanto daqueles do tipo progressista César-Napoleão I, como também daqueles do tipo Napoleão III, embora se aproxime deste último. No mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última instância, poderiam fundir-se e unificar-se, ainda que depois de um processo penoso e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insolúvel historicamente e que, ao contrário, aprofunda-se com o advento de formas cesaristas. Todavia, o cesarismo no mundo moderno ainda encontra uma certa margem, maior ou menor, conforme os países e seu peso relativo na estrutura mundial, já que uma forma social tem “sempre” possibilidade marginais de desenvolvimento e de sistematização organizativa subsequente e, em especial, pode contar com a fraqueza relativa da força progressista antagonista, em função da natureza e do modo de vida peculiar dessa força, fraqueza que é preciso manter: foi por isso que se afirmou que o cesarismo moderno, mais do que militar é policial.

À vista disso, Gramsci deixa claro nas linhas acima que o cesarismo originado na fase imperialista do capitalismo possuiria um caráter profundamente reacionário. (DEMIER, 2012, p.195).

Seguindo nessa lógica, Demier destaca a possibilidade de um paralelo entre as variantes do cesarismo de Gramsci (“regressista” e “relativamente progressista”) e as modalidades dos “bonapartismo *sui generis*” de Trotsky (“semifascista” e “semidemocrática”). Assim, as diferenças entre os de caráter reacionário (“semifascista/regressista”) e os de caráter “relativamente progressista/“semidemocrática”, podem ser traduzidos as duas principais estratégias que a cúpula burocrática bonapartista utiliza para conter a ameaça da classe proletária: a primeira e o reformismo com a concessão da “dádiva dos direitos sociais” combinado com a coerção; a segunda é a repressão indiscriminada ao movimento operário. (DEMIER, 2012, p.196-197).

Gramsci nos Cadernos do Cárcere utiliza a fórmula de “revolução-restauração” como sinônimo à ideia de “revolução passiva”. Assim, o autor marxista lança mão do sinônimo para se referir a processos históricos onde a passagem para a sociedade

burguesa industrial não foi acompanhada por uma revolução de cunho democrático burguês. Ou seja, o novo não eliminava o velho, mas convivia contraditoriamente com ele. (DEMIER, 2012, p.197-198).

Deste modo, nas modernizações capitalistas realizadas por “revolução passiva”, segundo a visão gramsciana, o Estado assumiria a função de direção política da nação, que se manifestaria através da existência de um aparelho estatal que extrapolaria a sua função. Este Estado, centralizado e fortalecido, gozaria de uma autonomia relativa em relação a todas as frações e grupos da classe dominante, sendo ele próprio quem vai comandar a aliança entre frações e grupos que buscariam se proteger dos novos grupos que potencialmente poderiam ameaçar a ordem vigente (DEMIER, 2012, p.200-201). E ainda:

[...] Se o Estado (*stricto sensu*, isto é, a “sociedade política”) é sempre, tanto nas sociedades hegemônicas quanto não-hegemônicas, o *locus* onde se processa a aliança entre as diferentes frações proprietárias, no casos da “revolução passiva” seria o Estado quem delimitaria os termos e o modo de funcionamento da aliança, assim como muitas vezes até mesmo os segmentos nela envolvidos. É nesse sentido que se pode dizer que, nesses casos, o pacto entre as velhas e novas classes dominantes é realizado *pelo alto*. Do mesmo modo, seria pelo alto- isto é, por meio de uma burocracia estatal autonomizada e *dirigente* que necessita agir contra os interesses imediatos de cada uma das frações proprietárias- que o conjunto da classe dominante se relacionaria com os setores subalternos “perigosos”, os quais, em meio a um processo de industrialização e urbanização, precisam ser incorporados à vida pública como massas politicamente heterônomas.

Portanto, o cesarismo seria o tipo de regime político adotado pelo Estado em sociedades de modernização capitalista retardatária, onde a passagem de uma sociedade agrária para o capitalismo industrial não seria por meio de uma revolução, bem como não seria necessário a figura de um “césar”, de uma personalidade “heroica”, sendo importante a ideia de um “cesarismo sem César” para a compreensão do período político brasileiro de 1945-1964. (DEMIER, 2012, p.201).

1.5 A PERMANENTE AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO NA ÓTICA DE NICOS POULANTZAS

Segundo Poulantzas o bonapartismo além de um fenômeno político concreto de uma formação determinada, ele também deve ser entendido como um traço teórico constitutivo do Estado capitalista. Assim, para o marxista grego, as análises realizadas por Marx e Engels sobre conjunturas políticas específicas (o bonapartismo francês e o bonapartismo alemão), indicariam que a autonomia relativa do Estado face às classes sociais seria um aspecto que estaria sempre presente no Estado capitalista. (DEMIER, 2012, p.35-36). Ou seja:

[...] Para o filósofo marxista grego, a “autonomia relativa do Estado” diante das classes sociais, elemento precípua nas definições de Marx e Engels do conceito de bonapartismo, se encontraria sempre presente em qualquer situação da luta de classes sob o capitalismo. [...] não só em momentos de “crise de hegemonia”/“equilíbrio de forças” [...] mas em todo e em qualquer momento, em toda e qualquer conjuntura política, haveria um aparelho de Estado dotado de relativa autonomia diante das classes sociais.

Poulantzas afirma que ao ocultar a existência de classes sociais através da figura jurídica do “cidadão”, que seria um sujeito abstrato, as estruturas jurídicas possuiriam o efeito de isolar ideologicamente os sujeitos sociais concretos, ou seja, não se reconhecendo como parte de uma classe social, os agentes tenderiam a agir no plano político e econômico de forma individual. Dessa maneira, esse efeito de isolamento, estrutura elementar para o modo de produção capitalista, dificultaria a unidade das classes sociais, inclusive da classe dominante. (DEMIER, 2012, p.36).

É nesse cenário que para o autor grego, o Estado possuiria a capacidade de se apresentar como neutro em relação aos setores sociais dominados, construindo a “hegemonia” por parte de uma classe ou fração de classe burguesa sempre através de um aparelho estatal detentor de uma autonomia relativa em relação as classes, inclusive a fração da classe hegemônica. Esse aparelho estatal teria então, a dupla função de organizar politicamente a classe dominante para edificar a sua hegemonia sobre a classe trabalhadora, e de desorganizar a última politicamente para que assim possa ser dominada hegemonicamente. (DEMIER, 2012, p.37).

Seguindo com o raciocínio exposto, Demier (2012, p.37) chama atenção para o fato de Poulantzas possuir uma concepção diferente de bonapartismo:

Para Poulantzas, então, diferentemente de nossa concepção exposta no item anterior, *teríamos um Estado “relativamente autonomizado” das classes sociais mesmo em situações de “hegemonia”*; mais precisamente, a própria construção de uma dominação política de tipo hegemônica implicaria justamente na existência dessa *autonomização estatal relativa*, dada a permanente incapacidade da burguesia de estabelecer sua “hegemonia” por meio de seus próprios partidos e representações políticas. Sendo, portanto, a “autonomia relativa” do Estado uma constante para Poulantzas, o bonapartismo acabou concebido pelo autor como um “tipo capitalista de Estado” em que tal “autonomia relativa” atingiria uma maior intensidade, ocupando o aparelho estatal um papel mais destacado, e talvez solitário na construção da dominação política.

Outro ponto que merece destaque nos estudos do marxista grego, diz respeito ao papel da burocracia de Estado na construção da dominação política burguesa. Constituindo uma categoria específica, a burocracia teria suas ações determinadas por sua condição de parte constituinte do aparelho estatal e, pela sua origem de classe. Então, a burocracia também encerraria uma “autonomia relativa” em face da classe/fração de classe dominante. (DEMIER, 2012, p.38-39).

Poulantzas afirmou que a “autonomia relativa” da burocracia se faria presente em qualquer formatação político-institucional assumida pelo Estado capitalista, mas seria nas situações de bonapartismo que ocorreria a intensificação da autonomia relativa do Estado, que a burocracia estatal se acentuaria, conferindo a esta a condição de força social capaz de desenvolver uma força política autônoma. (DEMIER, 2012, p. 39).

1.6 O BONAPARTISMO NA LEITURA DE DOMENICO LOSURDO

O autor desenvolve sua teoria, destacando que o bonapartismo, como regime político, seria uma forma de incorporação controlada dos setores dominados à esfera política, em um cenário no qual a pressão exercida por esses setores sobre as formas de dominação políticas tradicionais eram incontornáveis. Assim, o bonapartismo seria uma resposta à extensão do sufrágio universal. (DEMIER, 2012, p. 40).

Buscando a manutenção da ordem em um período em que a pressão pela socialização da política cresce consideravelmente, o bonapartismo tinha como objetivo absorver politicamente os numerosos setores populares através da neutralização de suas tendências radicais e democráticas. Dessa forma, conforme Demier (2012, p. 40):

[...] Atacando as suas formas associativas e organizativas (partidos, sindicatos etc.), o projeto bonapartista, observou Losurdo, levava a cabo um processo de desarticulação políticas das classes dominadas, única maneira de incorporá-las com relativa segurança à ordem capitalista em construção.

Dessa forma, as massas atomizadas e desarticuladas foram conduzidas a relação direta, sem mediações de partidos e sindicatos, com os líderes carismáticos dotados de sabedoria e que representavam a vontade nacional. As massas, então, foram submetidas aos ditames do Poder Executivo forte, sendo que sua meta central era a de pacificar a nação através da suspensão dos conflitos entre as classes. (DEMIER, 2012, p.40-41).

Losurdo destaca também que, embora os regimes bonapartistas não tolerem a organização e atividade da classe proletária, esses são capazes de em certos casos realizar algumas concessões limitadas de cima para baixo. Nessa ótica, na perspectiva do autor, o bonapartismo é um projeto político que se apresenta, em um contexto de massificação da política, como uma forma de dominação apta em absorver de forma controlada a presença cada vez maior das massas no jogo político, evitando assim as lutas democráticas e o seu possível êxito. (DEMIER, 2012, p.41-42).

Conforme expôs em sua obra, Demier chama atenção para a definição histórico-política de Losurdo sobre o bonapartismo. Nesse sentido, conforme Demier, o autor não identifica a democracia como uma forma de dominação burguesa, mas sim como um projeto político que possui sua origem nos setores subalternos, ou seja, na visão do autor o bonapartismo teria surgido para conter a possível realização prática da democracia. Na obra de Losurdo, o bonapartismo não é visto como um dos regimes do quais se utilizaram as classes dominantes para conter os avanços da classe

dominada, mas sim como praticamente o único regime realmente concretizado pela burguesia ao longo de sua trajetória política. (2012, p. 42-43).

Nessa ótica, para o filósofo italiano, o bonapartismo possuiria uma longa duração (um exemplo, segundo o autor, seria a histórica política dos Estados Unidos desde o “golpe de Estado” dos federalistas), ou seja, o bonapartismo na percepção do autor seria o “regime do nosso tempo”. Então, a quase onipresença do bonapartismo na contemporaneidade, traz como resultado que essa é praticamente a única forma de dominação política da burguesia sobre o proletariado/ massa populares. Sendo a democracia a forma de governo de uma sociedade emancipada, todos os regimes que foram designados por outros autores como democracia (liberal, representativa, burguesa etc), para o autor italiano seriam regimes bonapartistas. (DEMIER, 2012, p.44-45).

2 O BONAPARTISMO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1968)

Nesta parte do trabalho, pretendemos elucidar as questões que envolvem o Golpe Civil-Militar que assolou o Brasil em 1º de abril de 1964. Assim, como na história os acontecimentos não acontecem “por acaso”, para que o entendimento do período ditatorial seja compreendido em sua totalidade, é necessária a análise da conjuntura mundial ao qual o Brasil estava inserido à época.

2.1 A ELEIÇÃO DE JÂNIO QUADROS E O GOVERNO DE JOÃO GOULART (JANGO)

Em 3 de outubro de 1960, os brasileiros elegeram para a Presidência da República Jânio Quadros. Como as regras eleitorais não vinculavam o voto para presidente ao de vice-presidente, João Goulart (Jango) foi eleito como vice-presidente de Jânio Quadros. Assim, João Goulart, rico pecuarista gaúcho personalidade do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entrara na política através de Getúlio Vargas, sendo continuador dos seus projetos. Jango possuía históricos compromissos com a classe trabalhadora, desfrutando de larga popularidade na classe proletária e enorme rejeição entre os grupos conservadores. (NETTO, 2014, p. 25-28).

Já Jânio Quadros, candidatou-se em 1960 à Presidência da República apoiado por uma vasta gama de partidos, dentre eles a UDN (União Democrática Nacional). Conduzindo sua campanha de maneira extremamente demagógica, através de uma imagem propositalmente popularesca e com uma retórica moralista, empolgou boa parte do eleitorado, com o auxílio da “grande imprensa” e apoio dos conservadores. Assim, o governo de Jânio Quadros durou apenas sete meses (31 de janeiro de a 25 de agosto de 1961). (NETTO, 2014, p. 28-29).

Desses sete meses, podemos destacar como um exemplo de ação importante, a implementação da chamada *política externa independente* que excluía a obediência à política externa imposta pelos Estados Unidos. Foi por cauda dessa política externa

que Jânio, por exemplo, condecorou um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto “Che” Guevara, irritando profundamente os setores conservadores que travavam uma cruzada anticomunista. (NETTO, 2014, p. 29).

Além da política externa acima mencionada, Jânio também adotou uma política interna onde privilegiava a estabilidade, induzindo a redução do ritmo do crescimento econômico. Então, pretendendo recuperar os favores do FMI (Fundo Monetário Internacional), o presidente mudou a estrutura cambial, submetendo-a aos mecanismos de mercado. Isso agravou o processo inflacionário, fazendo com que o governo perdesse o apoio popular, bem como a UDN começou a afastar-se devido a sua política externa com face “esquerdista”. (NETTO, 2014, p. 29).

Em 25 de agosto, Jânio Quadros renuncia, imaginando que haveria clamor social para a sua volta, o que não ocorreu. Após a renúncia de Jânio Quadros os partidos da oposição exigiram a posse do vice-presidente, que contava com amplo apoio dos setores populares, em especial do movimento sindical. Dessa forma, contra a ordem democrática se posicionaram os setores conservadores e reacionários, destacando-se a cúpula militar de que se cercara Jânio Quadros. O referido grupo aceitou a renúncia de Jânio Quadros, mas, em violação direta as normas constitucionais, impediu a posse de Jango, reconhecendo como chefe do executivo o deputado Ranieri Mazzili, conservador que presidia a Câmara dos Deputados. (NETTO, 2014, p. 30).

Em decorrência ao veto, que possuía um nítido caráter golpista, originou-se uma enorme oposição do movimento popular. Só a título de exemplificação, podemos citar o caso do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que convocou os brigadistas (policia estadual), distribuiu armas ao povo, tornando Porto Alegre a capital da legalidade, com o da posição legalista do general Machado Lopes. Assim, diante das reações populares e das dissensões dentro da própria Forças Armadas, os golpistas recuaram parcialmente e aceitaram as negociações. Das negociações foi realizado um acordo com os representantes políticos: Jango assumiria se o regime presidencialista fosse substituído pelo parlamentarismo através de uma emenda constitucional, onde em 1965 haveria um plebiscito acerca da continuidade do sistema

parlamentarista, sendo nada mais que um “golpe branco”, uma ruptura com a legalidade democrática. (NETTO, 2014, p. 30-31).

2.1.1 A Guerra Fria e a política externa dos EUA no governo de Jango

Jango, era um reformista dedicado aos avanços sociais no país, mesmo sem compartilhar de uma visão socialista, possuía um forte compromisso com a classe trabalhadora e com a democracia. Assim, Jango chegou à Presidência em um cenário político delicado, marcado por uma crise estrutural na economia brasileira e também em uma situação internacional desfavorável. (NETTO, 2014, p. 32)

Com a derrota do nazifascismo em 1945, parecia que o entendimento entre os Estados Unidos e a União Soviética continuaria. Porém, após a derrota do “eixo” (Berlim-Roma-Tóquio), o presidente norte-americano (H.Truman) em um discurso ao Congresso, em 1947, anunciou medidas econômicas e políticas no plano internacional para apoiar e sustentar governos que aceitassem permanecer dóceis aos Estados Unidos. Nascia dessa forma a chamada “doutrina Truman” e por consequência a guerra fria. A doutrina Truman orientou, durante todo o período da guerra fria a atitude, anticomunista, hegemônica e belicista norte-americana. Dessa forma, conforme salienta José Paulo Netto (NETTO, 2014, p. 33):

A “Doutrina Truman” não foi apenas um dispositivo político para isolar e ameaçar a União Soviética e neutralizar a intervenção dos comunistas fora das suas fronteiras (uma das contrapartidas que Truman exigia dos seus aliados era a exclusão dos comunistas dos cargos governamentais que ocupavam: foi assim que o *Plano Marshall*, formulado pelo Secretário de Estado G. Marshall e implementado entre 1948 e 1952 para apoiar a reconstrução econômica europeia, implicou a saída dos comunistas dos governos da França e da Itália). Constituiu também um mecanismo de subordinação econômica dos aliados à expansão das grandes empresas monopolistas norte-americanas- vale dizer: foi um mecanismo a serviço da expansão imperialista (em 1953, Charles Wilson, antes presidente da General Motors/ GM e então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, teria pronunciado a máxima sintetizadora do seu cinismo: “O que é bom para a GM é bom para os Estados Unidos e vice-versa”).

Nesse sentido, de acordo com a extensa pesquisa realizada por René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1987, p. 161), a instabilidade política gerada durante o governo

de Jango, que culminou no Golpe de 1964, foi intensamente influenciada e direcionada pelos interesses das empresas monopolistas que operavam no Brasil.

Trabalhando com conceitos gramscianos, Dreifuss destaca a existência de dois institutos/complexo que foram formados pelos interesses econômicos multinacionais: o complexo IPES/IBAD³. Assim, como destaca o autor (DREIFUSS, 1987, p. 161-162):

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ele evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. O complexo de interesses multinacionais e associados procuraria liderar os grupos profissionais e funcionais como também visaria a neutralizar e dinamizar o processo de modernização capitalista, somente se ela assegurasse o apoio e a aquiescência da maioria da população participante. A elite orgânica centra no IPES se revelaria então como o “amadurecimento da disposição para agir dentro de um programa capaz de mobilizar os homens de empresa”, e como um todo oferecer soluções aos problemas do país. Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sociais burguesas em uma classe, processo este que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público do Brasil. Para isso, o bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário que efetivamente se transformaria.

Ao perceber que Jango ampliava os espaços democráticos e assegurava a participação popular, além de permanecer com a política externa independente, Washington considerou-o ainda mais como suspeito. A partir de 1961, o Departamento de Estado norte-americano e a CIA elaboraram atividades específicas com o intuito de desestabilizar o governo de Jango, aumentando o ingresso de agentes na CIA no Brasil. (NETTO, 2014, p. 38).

A interferência da CIA no país foi marcada por seu financiamento do complexo IPES/IBAD, sendo que o último (IBAD), também foi fortemente financiado por

³ Tentando fazer uma breve explicação: O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foram formados ao final da administração de Juscelino Kubitschek e durante o governo de Jânio Quadros. O IPES desempenhava a função declarada de promover os estudos sobre os impactos “das reformas propostas por João Goulart e a esquerda, do ponto de vista tecno-empresário-liberal”, além de ser uma “agremiação apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos”; porém, a sua função oficial era a de coordenar campanha ideológica, política e militar, com a manipulação de opiniões e a guerra psicológica. Já o IBAD, agia como uma unidade tática das ações propostas pelo IPES, assim, o IPES seria o centro estratégico das ações e o IBAD e outras organizações paralelas, encabeçavam a realização prática das ações secretas. (DREIFUSS, 1987, p. 163-164).

empresas estrangeiras que operavam no Brasil (Texaco, Shell, Bayer etc), bem como, pela classe produtora brasileira. (NETTO, 2014, p. 39).

É dentro desse cenário, marcado pelas consequências da política externa norte-americana, predominância dos interesses monopolistas, gerando um ambiente de instabilidade política aguçada pela crise econômica, que Jango tentará governar. Esta última (crise econômica) será rapidamente explicada no tópico seguinte.

2.1.2 A crise econômica

No começo dos anos 1960 um quadro de crise econômica assolou o país. A crise derivava da dinâmica interna da economia nacional, constituindo uma crise estrutural do capitalismo brasileiro, que demandava uma reestruturação dos mecanismos e instituições vitais a um novo padrão de acumulação. Ou seja, a saída para a crise era a implantação de alternativas econômicas que gerassem transformações políticas. (NETTO, 2014, p. 42).

As alternativas econômicas concentravam-se nas chamadas reformas de base: reforma agrária; reforma tributária e fiscal; reforma bancária; reforma urbana. A primeira objetivava a quebra do monopólio oligárquico da terra (latifúndios), aumentando e barateando os alimentos, 33res de frear o chamado êxodo rural. A chamada reforma tributária e fiscal tinha como objetivo garantir a racionalização das fontes do fundo público. Em relação à reforma bancaria, o propósito era o de garantir um sistema de crédito apto para subsidiar o financiamento do processo da industrialização pesada. E por último, a reforma urbana, que objetivava regular o uso do solo cidadão. (NETTO, 2014, p. 42).

A grande questão relacionada as reformas de base, consistia nas condições políticas necessárias para levar o projeto reformista a frente. (NETTO, 2014, p.42).

2.1.3 A conjuntura política

Depois do “golpe branco” as forças políticas que apoiavam o projeto político reformista de Jango, priorizaram a recuperação dos seus poderes 34residências, com a antecipação do plebiscito, que estava previsto para 1965 para 06 de janeiro de 1963. (NETTO, 2014, p. 44).

Durante a virada dos anos de 1950/1960 houve uma efervescência política na sociedade brasileira: as aspirações e interesses políticos das classes exploradas passaram a ganhar destaque na arena política. Isso não significava que os interesses das classes dominantes não exercessem mais influência na sociedade, apenas que a voz das classes subalternadas contava agora com canais de expressão. (NETTO, 2014, p. 46-47).

A efervescência democrática acima descrita despertou uma vigorosa resposta daqueles que viam seus interesses e privilégios ameaçados. O cenário de uma transformação no regime democrático brasileiro, através da possibilidade de uma democracia de participação ampliada, horrorizava as classes dominantes. Assim, conforme Netto (2014, p.47-48):

[...] É preciso esclarecer bem este aspecto: à diferença do que se alardeava à época (inclusive por alguns setores da esquerda), na realidade não estava em jogo, no Brasil, a alternativa entre capitalismo e socialismo (ou “comunismo”, como então pregava a grande imprensa) - Jango, como já sublinhamos, defendia uma proposta de *reformas* de viés nacionalista e democrático, procurando uma via menos elitista e concentradora para o desenvolvimento do capitalismo no país [...]. Mas era exatamente esta via nacionalista e democratizante que as forças da direita e do conservadorismo extremado temiam. E também elas se ativaram, se mobilizaram.

Nesse aspecto, a direita e o extremo conservadorismo passaram a operar no plano da legalidade e no plano da conspiração, é esse segundo plano que queremos destacar.

O já mencionado IPES, instituição amplamente financiada pelo empresariado do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como por empresas imperialistas, possibilitou que os setores empresariais começassem a estabelecer vínculos estratégicos com os setores

militares. Dessa forma, o IPES edificou uma rede nacional de relações com as Forças Armadas, estabelecendo a relação entre o golpismo civil com o golpismo militar. Claramente, o golpismo militar operou desde 1961 com o “golpe branco”, mas foi o patrocínio das classes dominantes (grande empresariado e latifúndio) que ofereceram as condições necessárias para o seu êxito. (NETTO, 2014, p. 49-51).

Nesse sentido, é importante destacar que, diferente do bloco que apoiava as reformas de base, a direita desde 1963 preparou-se belicamente para travar a “luta contra o comunismo” e a “defesa contra a invasão russo-cubana”, através de grupos de assalto e paramilitares (Comando de Caça aos Comunistas/CCC; Grupos de Ação Patriótica/GAP; Cruzada Libertadora Militar Democrática/ CLMD; Movimento Anticomunista/ MAC). (NETTO, 2014, p. 52).

O ano de 1963 foi decisivo para o governo de Jango. É nesse ano que se evidenciam as fraturas políticas que levou o governo Jango a evidenciar as suas contradições internas. Assim, o presidente viu os segmentos conservadores reformistas e os militares que lhe apoiavam afastarem-se do seu governo. Aliado a isso, a pressão norte-americana aumentava através da movimentação contra a Lei de Remessa de Lucros, com o direcionamento da embaixada americana apenas aos governos que eram opositores. Assim, a iminência de um golpe era cada vez mais real. (NETTO, 2014, p. 56-59).

É no cenário acima descrito, que Jango tentará manter-se no governo, mas sem sucesso.

2.2 O GOLPE DE 1º DE ABRIL DE 1964

Conforme exposto, o golpe de 1964 foi precedido por conspirações e movimentações de grupos opositores do governo reformista de João Goulart. Esses grupos que eram formados principalmente por militares e empresários, se alinhavam com a mencionada política externa dos EUA (NETTO, 2014, p.67):

Jango, um reformista burguês e democrata sincero, encarnava um projeto de desenvolvimento capitalista que se enfrentava com os mesquinhos e rasteiros interesses da grande burguesia e dos latifundiários, além de colidir com o imperialismo. Procurou levar este projeto à prática a partir da hipótese de que seria possível, para implementar as reformas de base, estabelecer um arco de alianças entre segmentos da burguesia (a “burguesia nacional”, como sustentavam à época os comunistas), camadas médias urbanas e os trabalhadores- e apostou nos compromissos constitucionais das Forças Armadas. Por isso, nem Jango nem a esquerda (toda a esquerda) prepararam-se de fato para quaisquer confrontos de força (NETTO, 2014, p.73).

Como pode ser observado no trecho acima transcrito, Jango caiu, pois personificou a figura de um reformista e nacionalista no momento em que a burguesia brasileira recusava qualquer projeto com tais características (NETTO, 2014, p.73).

Após o Golpe de 1º de abril, o presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade, declarou a vacância da Presidência da República – mesmo com Jango em território nacional e sem renúncia – e no lugar de Jango assumiu Ranieri Mazzili, com o apoio dos golpistas. Porém, Mazzili não possuía nenhuma autoridade, era apenas um fantoche utilizado naquele momento pelos golpistas (NETTO, 2014, p. 69-71).

Com a deflagração do Golpe de 1964, que se autointitulou de “revolução”, as classes proprietárias e o grande capital quiseram ser ouvidos pelos “revolucionários”. Assim, os apelos das classes dominantes incluíam a suspensão de garantias constitucionais, dissolução do poder legislativo em todos os níveis, anulação dos mandatos de governadores e prefeitos e a suspensão do habeas corpus (NETTO, 2014, p.71-72)

Anteriormente salientamos que o imperialismo, principalmente o norte-americano, apoiou intensamente os golpes, como o que assolou o Brasil, ao redor do globo como uma forma de *contrarrevolução preventiva em escala mundial*. Porém, indo de encontro com interpretações simplistas, o golpe de 1º de abril não começou nos EUA- para entender o que ocorreu em terras brasileiras antes, durante e após o golpe, é preciso compreender que foi através da dinâmica interna das lutas de classes que as condições para o êxito do golpe de 1964 foram implantadas. Assim:

[...] Foram responsáveis pelo golpe as franjas burguesas vinculadas ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia urbana para o seu campo.

O regime derivado do golpe do 1º de abril sempre haverá de contar ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-lo tão somente como uma ditadura militar – se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um dos seus traços peculiares, é igualmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de *autocracia burguesa* (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como a *ditadura do grande capital* (conforme a análise de Octavio Ianni). O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas- foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (NETTO, 2014. P.74)

O golpe de 1º de abril não pode ser compreendido distante do cenário da guerra fria, onde os núcleos imperialistas travaram movimentos contrarrevolucionários preventivo em escala mundial. Essa cruzada contrarrevolucionaria possuía três grandes objetivos: a) o de adequar os países e os padrões de desenvolvimento nacionais a internacionalização do capital; b) deter os protagonistas sociais e políticos que possuíam interesse em resistir ao processo de internacionalização do capital; c) combater no mundo as disposições políticas alternativas ao capitalismo. (NETTO, 2014, p.75).

Nesse aspecto, o golpe de 1º de abril, impediu o desenvolvimento de uma mudança política e econômica que poderia romper com os traços mais lesivos da sociedade brasileira. O golpe teve como principal objetivo, além de realizar a manutenção dos traços mais nocivos da sociedade, fazer com que o Estado atuasse como o articulador do grande capital (estrangeiro e nativo) de forma a conduzir o crescimento ligado ao capital estrangeiro e submisso às exigências dos países imperialistas. (NETTO, 2014, p. 78).

Delimitadas as circunstâncias sociais, políticas e econômicas que embasaram o Golpe de 1964, os próximos tópicos serão destinados a esclarecer os chamados Atos Institucionais, que legitimaram a violência imposta pelo Golpe, destacando os dois Atos Institucionais que expressaram o caráter reacionário da ditadura: o AI-2 e o AI-5.

2.2.1 O Ato Institucional nº 2 (AI-2)

Na teoria, o Ato Institucional nº 1 (AI- 1)⁴ imposto pelo “Supremo Comando Revolucionário”, teria vigência até 31 de janeiro de 1966. Porém, em 27 de outubro de 1965, foi editado o AI-2 com vigência até 15 de março de 1967. (NETTO, 2014, p. 99).

O AI-2 pôs fim às eleições diretas para a presidência da república, o presidente e o vice-presidente seriam escolhidos por maioria absoluta do Colégio Eleitoral formado por membros do Congresso Nacional, através do voto nominal e aberto. Também retirava do poder Legislativo as atribuições importantes, como decretar/prorrogar o estado de sítio, além de reduzir a exigência de votos para a aprovação das emendas constitucionais propostas pelo Executivo. Além disso, o AI-2 extinguiu todos os partidos e estendeu o poder do Executivo em cassar mandatos e cessar direitos políticos, além de ferir seriamente a autonomia do poder Judiciário (NETTO, 2014, p. 99-100):

Adicionalmente, o AI-2 feria profundamente a autonomia do Judiciário: suspendia as garantias constitucionais (vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade) dos juízes; aumentava o número dos ministros do Supremo Tribunal Federal/STF, a serem nomeados (como os juízes federais) pelo presidente da República; e determinava que os crimes “políticos” só poderiam ser julgados pelo STF se não estivessem sob jurisdição direta dos tribunais militares.

À vista disso, é impedindo os brasileiros de escolherem seu presidente devido a imposição da eleição indireta, que os militares tornaram-se os personagens principais do processo sucessório. (NETTO, 2014, p. 103).

⁴ O AI-1 em seus onze artigos limitava os poderes do Congresso Nacional e do Judiciário, conferindo ao Poder Executivo (presidente da República) o arbítrio de cassar mandatos e realizar a suspensão por uma década dos direitos políticos de políticos, intelectuais, servidores públicos, diplomatas e integrantes as Forças Armadas, bem como declarar o estado de sítio sem a autorização do Congresso Nacional. (NETTO, 2014, p. 72).

2.2.2 O Ato Institucional nº5 (AI-5)

O Ato Institucional nº5 (AI-5) foi editado em 13 de dezembro de 1968, pelo Conselho de Segurança Nacional, presidido por Costa e Silva. Diferente dos outros Atos Institucionais, o AI-5 não tinha prazo estipulado para a sua vigência, sendo considerado por alguns estudiosos, como “um golpe dentro de golpe”. (NETTO, 014, p. 133-134).

Através do AI-5, o regime ditatorial entrou em um novo patamar. Com o AI-5 o Executivo se agigantou, acabando com qualquer aparência democrática que ainda restava. Foi mediante o Ato Institucional que o Executivo pode, por exemplo: fechar o Congresso Nacional e as assembleias; cassar os mandatos eleitorais em todos os níveis; suspender direitos políticos por 10 anos; suspender a garantia do habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; proibição ao direito a recursos pelos réus julgados por tribunais militares. (NETTO, 2014, p. 133-135).

Assim, o AI-5 compreende o fechamento de qualquer possibilidade legal para a atividade da oposição. O AI-5 operou em todos os níveis, desde a cassação de mandatos, até a censura de peças teatrais, como observa José Paulo Netto (NETTO, 2014, p. 134):

Antecipemos e resumamos: o AI-5 este vigente por 10 anos e 18 dias [...], no curso dos quais foi usado para cassar mandatos de 113 deputados federais e senadores, 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos- sem contar a punição de milhares de servidores públicos civis e militares, profissionais liberais, professores e membros do judiciário e a censura de mais de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros e mais de 500 músicas.

Com o AI-5 o poder do Executivo tornou-se absoluto, realizou-se então o Estado de Segurança Nacional, onde, por não haver instância recurso, a Justiça Militar dominava de maneira irrestrita. A censura à imprensa tornou-se absoluta, e a suspensão do habeas corpus favoreceu os longos períodos de tortura para os presos. (NETTO, 2014, p. 135).

Dessa forma, o Estado através do AI-5, tornou a violência o seu sistema principal de repressão e de manutenção da ordem, deixando explícito que, a partir de então, a tortura não obedeceria nem mesmo a fronteira de classe.

2.2.3 Os Atos Institucionais como expressão do bonapartismo durante a Ditadura Civil-Militar

Ao longo do presente trabalho, tentamos demonstrar como que as teorias acerca do bonapartismo auxiliam o entendimento sobre uma parte da história brasileira que ainda é pungente: o Golpe Civil-Militar de 1964.

Com a derrubada de João Goulart, a burguesia incapacitada de dirigir a nação, mas com a necessidade de continuar dominando, viu que o único recurso capaz de atender os seus interesses (e os interesses imperialistas) era a utilização da farda. O golpe de Estado, ainda que tenha sido encabeçado pela sociedade civil (complexo IPES/IBAD etc), foi tecido e executado pelas Forças Armadas. Assim, Demier reforça o papel da cúpula militar nesse novo regime (DEMIER, 2012, p.361-464):

[...] No novo regime, seria a cúpula militar que, relativamente autonomizada face às frações da classe dominante, deteria autocraticamente o poder político. Caberia a ela o papel de arbitragem política entre as frações burguesas e, ao mesmo tempo, a tarefa de calar o movimento operário e exterminar sua vanguarda (tudo isso em nome da “segurança nacional” e da “democracia”- sempre ela, a democracia, pau para toda obra desde o fim da Segunda Guerra Mundial).

A tarefa de “calar o movimento operário e exterminar a sua vanguarda”, abraçada ao extremo pelo regime militar pós Golpe, foi muito bem desenvolvida nos Atos Institucionais, principalmente no AI-2 e no AI-5. Através desses dispositivos, o sistema repressivo operou em larga escala entre os anos de 1969 e 1976, instituindo o terrorismo como política de Estado, com as torturas realizadas nos “porões” da ditadura, a perseguição a qualquer oposição ao regime e a eliminação física dos adversários, sendo um exemplo a criação da figura do “desaparecido político”. (NETTO, 2014, p. 136-137).

A necessidade em sufocar a classe trabalhadora, que via na efervescência democrática a oportunidade para realizar uma transformação no regime democrático brasileiro, ainda que dentro dos limites da democracia burguesa, através da possibilidade de uma democracia de participação ampliada, foi o ponto de convergência para que as classes dominantes e suas frações renunciassem ao seu poder político. (DEMIER, 2012, p. 47-48).

Quando as classes dominantes recorrem a autonomização relativa do Estado, para ver os seus interesses potencialmente ameaçados protegidos, a cúpula burocrático-militar que se forma, ainda que se mantendo relativamente autônoma, é influenciada pelos representantes dessas frações. Assim, a garantia dos interesses dessas classes, foi exercido pelo Estado, após o Golpe de 1964, de forma irrestrita, não se importando em utilizar das mais variadas formas de repressão. Dessa forma, e aqui é que reside o ponto principal do presente trabalho, mesmo que não governasse através dos seus partidos políticos (representantes políticos diretos), o âmbito monopolista do capital passou a ter, após 1964, seus principais interesses econômicos protegidos pelo Estado. (DEMIER, 2014, p. 179).

Sob essa ótica, o bonapartismo não pode ser entendido apenas através da gradação de repressão, por uma maior ou menor utilização da violência, mas como a forma que a burguesia lança mão para manter os seus privilégios enquanto classe dominante.

CONCLUSÃO

O regime bonapartista advém da aguda crise política que abala o regime democrático burguês. Assim, o crescimento e fortalecimento do proletariado, que se utilizava dos aparelhos democráticos da sociedade burguesa, impeliu as classes dominantes a minar o seu poder político em detrimento de seu poder social. Dessa forma, o Poder Executivo fortalecido relativamente autonomizado, com uma imensa organização burocrática e militar, apesar de ser capaz de tutelar os interesses da burguesia, também fez com que a burguesia se curvasse politicamente.

É a partir desse parâmetro que se pode compreender como que o Golpe de 1964 serviu para atender os interesses das classes dominantes nacionais e internacionais (imperialistas). O Golpe e a consequente instauração da Ditadura Civil-Militar encerraram o período democrático e a tentativa, ainda que dentro dos parâmetros da democracia burguesa, de Jango em estabelecer uma nação mais igualitária. Jango, um reformista preocupado com os avanços sociais no país, possuía um sério compromisso com a classe trabalhadora, ainda que não compartilhasse de uma visão socialista. Nesse sentido, Jango chega ao cargo de Presidente em um momento em que o cenário político nacional e internacional lhes são desfavoráveis.

O cenário político internacional, no período aqui analisado, estava marcado profundamente pela guerra fria e a consequente tentativa de controlar as possíveis revoluções em países periféricos, como foi o caso do Brasil. Assim, o golpe de 1º de abril não começou em solo norte-americano, embora aparatos, como a CIA, tenham desempenhado papel importante no estabelecimento do Golpe. Foi pela dinâmica das lutas de classe no interior da sociedade brasileira, que as condições para a sua consolidação foram implantadas.

Nessa ótica, o Golpe de 1964 teve como principal objetivo fazer com que o Estado atuasse como o articulador do capital estrangeiro e nativo, atendendo as exigências das classes dominantes. É nesse ponto, a nosso ver, que restou demonstrado que o Golpe e a consequente ditadura instaurada, com o seu aparelho repressivo

agigantado e as medidas inconstitucionais adotadas (como os Atos Institucionais), exerceram papéis importantes na consolidação da dominação burguesa.

Diante do exposto no presente trabalho, foi possível demonstrar como que o Golpe de 1964 pode se entendido como fruto de um período bonapartista (o longo bonapartismo brasileiro, conforme Demier). O regime que sucedeu a deposição de Jango, desde a sua articulação até o seu estabelecimento, foi pautado por um caráter de classe, antipopular e contrarrevolucionário, intrinsicamente ligado às frações burguesas tanto nacionais quanto imperialistas.

REFERÊNCIAS

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964):** autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2012.

DEMIER, Felipe Abranches. **A ditadura bonapartista do grande capital:** a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/333> Acesso em: 25 mai.2019

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes. 5ª Edição. 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, volume III.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França.** São Paulo: Boitempo Editorial. 1ª edição. 2012.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo Editorial. 1ª edição. 2011.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez Editora. 1ª edição. 2014.